

# MAPFRE Capitalização S.A.

CNPJ: 09.382.998/0001-00



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**  
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, referentes às atividades da MAPFRE Capitalização S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da

data de sua publicação.  
A MAPFRE Capitalização S.A. tem por objeto fornecer ao público em geral a constituição de capitais mínimos perfeitamente determinados em planos de capitalização aprovados pela SUSEP, a serem operados, comercializados e administrados de acordo e nos termos da legislação aplicável às sociedades de capitalização.  
**Distribuição de dividendos**  
Conforme previsto no Estatuto da MAPFRE Capitalização S.A., uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da Administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

**Declaração da capacidade financeira**  
Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 6,7 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.  
**Agradecimentos**  
Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

|  | Nota | 2018           | 2017           |   | Nota | 2018           | 2017           |
|--|------|----------------|----------------|---|------|----------------|----------------|
| <b>Ativo</b>                                   |      |                |                | <b>Passivo</b>                                  |      |                |                |
| <b>Circulante</b>                              |      | <b>104.730</b> | <b>124.411</b> | <b>Circulante</b>                               |      | <b>128.627</b> | <b>111.908</b> |
| Disponível                                     |      | 426            | 488            | Contas a pagar                                  |      | 5.029          | 4.327          |
| Caixa e bancos                                 |      | 426            | 488            | Obrigações a pagar                              | 8    | 4.559          | 3.236          |
| <b>Aplicações</b>                              | 5    | <b>97.266</b>  | <b>110.823</b> | Impostos e encargos sociais a recolher          |      | 21             | 135            |
| <b>Créditos das operações de capitalização</b> |      | <b>3.666</b>   | <b>8.842</b>   | Encargos trabalhistas                           |      | 53             | 654            |
| Créditos das operações de capitalização        | 6    | 3.666          | 8.842          | Impostos e contribuições                        | 9    | 396            | 302            |
| <b>Títulos e créditos a receber</b>            |      | <b>3.308</b>   | <b>4.187</b>   | <b>Depósitos de terceiros</b>                   |      | <b>415</b>     | <b>285</b>     |
| Títulos e créditos a receber                   |      | 933            | 788            | <b>Provisões técnicas - capitalização</b>       | 10   | <b>123.183</b> | <b>107.296</b> |
| Créditos tributários e previdenciários         | 7    | 1.693          | 3.018          | Provisão para resgates                          |      | 107.714        | 92.555         |
| Depósitos judiciais e fiscais                  |      | 20             | 20             | Provisão para sorteio                           |      | 15.245         | 14.545         |
| Outros créditos                                |      | 662            | 361            | Provisão para distribuição de bônus             |      | 79             | 69             |
| <b>Outros valores e bens</b>                   |      | <b>54</b>      | <b>66</b>      | Outras provisões                                |      | 145            | 127            |
| Outros valores                                 |      | 54             | 66             | <b>Não Circulante</b>                           |      | <b>8</b>       | <b>1</b>       |
| <b>Despesas antecipadas</b>                    |      | <b>10</b>      | <b>5</b>       | Outros débitos                                  |      | 8              | 1              |
| Ativo não circulante                           |      | 48.431         | 8.501          | Provisões judiciais                             | 12   | 8              | 1              |
| Realizável a longo prazo                       |      | 47.927         | 7.978          | <b>Patrimônio líquido</b>                       | 13   | <b>24.526</b>  | <b>21.003</b>  |
| <b>Aplicações</b>                              | 5    | <b>47.581</b>  | <b>7.663</b>   | Capital social                                  |      | 12.000         | 12.000         |
| <b>Títulos e créditos a receber</b>            |      | <b>346</b>     | <b>315</b>     | Reservas de lucros                              |      | 11.303         | 9.003          |
| Créditos tributários e previdenciários         | 7    | 346            | 315            | Ajuste de avaliação patrimonial                 |      | 1.223          | -              |
| <b>Imobilizado</b>                             |      | <b>333</b>     | <b>335</b>     | <b>Total do passivo e de patrimônio líquido</b> |      | <b>153.161</b> | <b>132.912</b> |
| Bens móveis                                    |      | 333            | 335            |   |      |                |                |
| <b>Intangível</b>                              |      | <b>171</b>     | <b>188</b>     |   |      |                |                |
| Outros intangíveis                             |      | 171            | 188            |   |      |                |                |
| <b>Total do ativo</b>                          |      | <b>153.161</b> | <b>132.912</b> |   |      |                |                |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

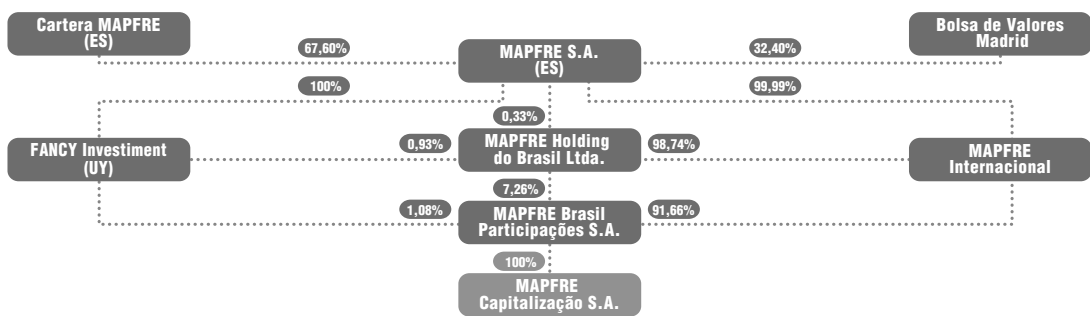
|  | Capital social | Reservas de lucros   |               |   | Lucros acumulados | Total         |
|--|----------------|----------------------|---------------|---|-------------------|---------------|
|  |                | Reserva Investimento | Reserva Legal | Ajustes com títulos e valores mobiliários |                   |               |
| <b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>  | <b>12.000</b>  | <b>4.051</b>         | <b>1.477</b>  | -   | -                 | <b>17.528</b> |
| Lucro líquido do exercício             | -              | -                    | -             | -   | 4.633             | 4.633         |
| Distribuição do resultado:             |                |                      |               |   |                   |               |
| Reserva legal                          | -              | -                    | 174           | -   | (174)             | -             |
| Reserva de investimento                | -              | 3.301                | -             | -   | (3.301)           | -             |
| Dividendos propostos                   | -              | -                    | -             | -   | (1.158)           | (1.158)       |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b> | <b>12.000</b>  | <b>7.352</b>         | <b>1.651</b>  | -   | -                 | <b>21.003</b> |
| Títulos e valores mobiliários          | -              | -                    | -             | 1.223                                     | -                 | 1.223         |
| Lucro líquido do exercício             | -              | -                    | -             | -   | 3.017             | 3.017         |
| Distribuição do resultado:             |                |                      |               |   |                   |               |
| Reserva legal                          | -              | -                    | 151           | -   | (151)             | -             |
| Reserva de investimento                | -              | 2.149                | -             | -   | (2.149)           | -             |
| Dividendos propostos                   | -              | -                    | -             | -   | (717)             | (717)         |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b> | <b>12.000</b>  | <b>9.501</b>         | <b>1.802</b>  | <b>1.223</b>                              | -                 | <b>24.526</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Capitalização S.A. (doravante designada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade de São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, a operar em todas as modalidades de capitalização em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, São Paulo, CEP 04578-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 09.382.998/0001-00. A Companhia tem por objeto fornecer ao público em geral a constituição de capitais mínimos perfeitamente determinados em planos de capitalização aprovados pela SUSEP, a serem operados, comercializados e administrados de acordo e nos termos da legislação aplicável às sociedades de capitalização. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em São Paulo, Brasil. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2018, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**a) Base de preparação:** Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2019. **b) Comparabilidade:** Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia ajustou para fins de comparabilidade, os valores apresentados anteriormente nas Notas Explicativas e Demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões, com relação a estimativas contábeis, são

reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Notas 3b e 5 - Aplicações financeiras; • Notas 3f e 11 - Provisões técnicas; • Notas 3g e 12 - Provisões, passivos e ativos contingentes e; • Nota 15 - Imposto de renda e contribuição social. **d) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **e) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2019 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Substituiu as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até antes de 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

|   | Nota | 2018            | 2017            |
|---|------|-----------------|-----------------|
| <b>(+) Receita líquida com títulos de capitalização</b> |      | <b>41.343</b>   | <b>54.242</b>   |
| (+) Arrecadação com títulos de capitalização            | 14a  | 169.750         | 203.895         |
| (+/-) Variação da provisão para resgate                 | 11   | (128.407)       | (149.653)       |
| <b>(+) Variação das provisões técnicas</b>              |      | <b>863</b>      | <b>(1.024)</b>  |
| (+) Resultado com sorteio                               | 11   | (22.532)        | (32.278)        |
| (-) Custos de aquisição                                 | 14b  | (3.296)         | (3.361)         |
| <b>(+) Outras receitas e despesas operacionais</b>      |      | <b>59</b>       | <b>(181)</b>    |
| (+) Outras receitas operacionais                        |      | 281             | 358             |
| (-) Outras despesas operacionais                        |      | (222)           | (539)           |
| <b>(-) Despesas administrativas</b>                     | 14c  | <b>(11.366)</b> | <b>(12.958)</b> |
| (+) Pessoal próprio                                     |      | (6.647)         | (6.216)         |
| (+) Serviços de terceiros                               |      | (2.539)         | (4.303)         |
| (+) Localização e funcionamento                         |      | (1.355)         | (1.224)         |
| (+) Publicidade e propaganda                            |      | (48)            | (23)            |
| (+) Publicações   |      | (94)            | (90)            |
| (+) Donativos e contribuições                           |      | (132)           | (24)            |
| (+) Despesas administrativas diversas                   |      | (551)           | (1.078)         |
| <b>(-) Despesas com tributos</b>                        | 14d  | <b>(1.944)</b>  | <b>(1.242)</b>  |
| <b>(+) Resultado financeiro</b>                         | 14e  | <b>3.705</b>    | <b>5.966</b>    |
| (+) Receitas financeiras                                |      | 9.233           | 10.979          |
| (-) Despesas financeiras                                |      | (5.528)         | (5.013)         |
| <b>(=) Resultado operacional</b>                        |      | <b>6.832</b>    | <b>9.164</b>    |
| <b>(=) Resultado antes dos impostos e participações</b> |      | <b>6.832</b>    | <b>9.164</b>    |
| (-) Imposto de renda                                    | 15a  | (1.457)         | (2.137)         |
| (-) Contribuição social                                 | 15a  | (1.148)         | (1.706)         |
| (-) Participações sobre o lucro                         |      | (1.210)         | (688)           |
| <b>(=) Lucro líquido</b>                                |      | <b>3.017</b>    | <b>4.633</b>    |
| (/) Quantidade de ações                                 |      | 12.000.000      | 12.000.000      |
| <b>(=) Lucro líquido por ação</b>                       |      | <b>0,25</b>     | <b>0,39</b>     |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

|  | 2018         | 2017         |
|--|--------------|--------------|
| Lucro líquido do exercício   | 3.017        | 4.633        |
| Outros resultados abrangentes                                      | 1.223        | -            |
| Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda | 1.223        | -            |
| <b>Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos</b>     | <b>4.240</b> | <b>4.633</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

|  | 2018           | 2017           |
|--|----------------|----------------|
| <b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>                                 |                |                |
| Lucro líquido do exercício                                     | 3.017          | 4.633          |
| <b>Ajustes para:</b>   | <b>4.010</b>   | <b>(2.054)</b> |
| Depreciação e amortizações                                     | 341            | 262            |
| Variações das provisões técnicas                               | 3.669          | (2.316)        |
| <b>Variação nas contas patrimoniais:</b>                       | <b>(3.024)</b> | <b>1.601</b>   |
| Aplicações   | (26.361)       | (30.288)       |
| Créditos das operações de capitalização                        | 5.176          | (3.180)        |
| Créditos tributários e previdenciários                         | 1.294          | (981)          |
| Despesas antecipadas   | (5)            | 5              |
| Outros ativos  | (434)          | (637)          |
| Depósitos judiciais e fiscais                                  | -              | (20)           |
| Impostos e contribuições                                       | 2.679          | 3.950          |
| Obrigações a pagar   | 1.764          | 665            |
| Depósitos de terceiros   | 130            | 123            |
| Provisões técnicas de capitalização                            | 12.218         | 31.671         |
| Provisões judiciais  | 7              | 1              |
| Outros passivos  | (715)          | 292            |
| Ajuste a valor justo - Títulos disponíveis para venda          | 1.223          | -              |
| <b>Caixa gerado pelas operações</b>                            | <b>4.003</b>   | <b>4.180</b>   |
| Imposto de renda sobre o lucro - pago                          | (1.440)        | (2.060)        |
| Contribuição social sobre o lucro - pago                       | (1.145)        | (1.643)        |
| <b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>        | <b>1.418</b>   | <b>477</b>     |
| <b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>                              |                |                |
| <b>Pagamento pela compra:</b>                                  | <b>(322)</b>   | <b>(193)</b>   |
| Imobilizado  | (135)          | (58)           |
| Intangível   | (187)          | (135)          |
| <b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>  | <b>(322)</b>   | <b>(193)</b>   |
| <b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>                             |                |                |
| Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio          | (1.158)        | -              |
| <b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b> | <b>(1.158)</b> | <b>-</b>       |
| <b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>        | <b>(62)</b>    | <b>284</b>     |
| <b>Caixa no início do exercício</b>                            | <b>488</b>     | <b>204</b>     |
| <b>Caixa no final do exercício</b>                             | <b>426</b>     | <b>488</b>     |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2017 e 2018, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) e continuará a aplicar o IAS 39 (CPC 48) até a data efetiva do IFRS 17. **IFRS 17 - Contratos de seguros:** A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021. Os normativos, CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

continua - ☆





☆ continuação

## MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ nº 09.382.998/0001-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e bancos:** Inclui caixa e saldos em conta movimento sem vencimento, utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo. **b) Aplicações financeiras:** A Companhia classifica suas aplicações financeiras nas seguintes categorias: *i.* Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, *ii.* Ativos financeiros disponíveis para venda e *iii.* Ativos financeiros mantidos até o vencimento, *iv.* Determinação do valor justo, a classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. *i.* Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. *ii.* Ativos disponíveis para venda: Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iii.* Ativos mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iv.* Determinação do valor justo: Os valores justos têm sido apurados para propósito de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota 5d. **c) Redução ao valor recuperável:** *i.* Ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A perda de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii.* Ativos não financeiros: Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante no qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **d) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos, utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado, reduzido por depreciação acumulada do ativo, até a data de cada fechamento e reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear. **e) Intangível:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear. **f) Provisões técnicas:** As provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da MAPFRE Capitalização S.A., foram elaboradas em todos os aspectos, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída para cada título em vigor ou suspenso e considera a parcela dos valores arrecadados para capitalização, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título em conformidade com a nota técnica atuarial. Taxas e carregamento dos principais títulos:

| Processo SUSEP       | Tipo         | % Carregamento | Taxa % a.a. |
|----------------------|--------------|----------------|-------------|
| 15414.901557/2015-60 | Prêmio Único | 18,84          | 1,21        |
| 15414.900457/2017-88 | Prêmio Único | 7,18           | 6,17        |
| 15414.005390/2011-81 | Prêmio Único | 5,79           | 6,17        |
| 15414.900556/2013-36 | Prêmio Único | 5,79           | 6,17        |
| 15414.901225/2013-13 | Prêmio Único | 16,46          | 6,17        |
| 15414.900281/2015-01 | Prêmio Único | 2              | 4,28        |

A Provisão para Resgate (PR) é constituída para cada título vencido e antecipado cujo saldo é atualizado pelo indexador do plano, a taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança - TR, desde a data do respectivo evento até a data do efetivo pagamento do valor de resgate. A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o valor presente dos sorteios já custeados e ainda não realizados. Seu valor é calculado pela multiplicação da cota de sorteio e valor do pagamento. A Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteio e ainda não pagos. Os valores são atualizados monetariamente desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento. A Provisão para Distribuição de Bônus (PDB) é constituída para a cobertura dos valores relativos ao pagamento de bônus previstos em contrato, devendo ser calculada para cada título (cujo plano estabeleça a distribuição de bônus) que estiver em vigor ou suspenso, de acordo com os critérios previstos em nota técnica atuarial, observadas as regulamentações específicas vigentes. A Provisão de Despesa Administrativa (PDA) é constituída para cobrir as despesas relacionadas às operações dos títulos de capitalização. **g) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável". Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como pra-

tamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **h) Benefícios aos empregados:** (i) *Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa a medida que o serviço respectivo é prestado. (ii) *Obrigações com aposentadorias:* A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. (iii) *Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos ao resultado a medida que são incorridos. **i) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo as aplicações classificadas como disponíveis para venda), ganhos na alienação, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos ao resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **j) Operações de capitalização:** A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita. **k) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **l) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

### 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio a medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do GRUPO MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo estruturado pela área de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. Como forma de fortalecimento da Governança Corporativa, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes comitês: • **Comitê de Direção:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório, bem como a supervisão direta e a gestão das Unidades de Negócios, a fim de que sejam impulsionados todos os projetos e objetivos corporativos. Também lhe compete a análise e eventual revisão das deliberações adotadas nos diversos comitês ou comissões de apoio constituídos. Possui atribuições específicas que colaboram com o Sistema de Controles Internos, tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. • **Comitê de Auditoria:** órgão de assessoramento que tem entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do Sistema de Controles Internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê de Estratégia Financeira:** constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Diretoria, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comitê de Riscos e Compliance:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de Governança Corporativa do GRUPO MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas. Os comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel, onde a sua independência de atuação colabora para uma gestão de riscos adequada ao seu perfil. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, agregando valor ao Sistema de Controle Interno. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do Sistema de Controle Interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo, em função disso, utilizamos premissas baseadas nas experiências atuariais de nossa carteira para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em: • Risco de sorteio, que implica na possibilidade da empresa pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas. • Risco de persistência ou comportamento, que implica na estimativa da quantidade de

parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título. A Administração avalia que a probabilidade de ocorrência desse tipo de risco é reduzida uma vez que, comportamento de inadimplência é mais acentuada na modalidade "popular" onde a Companhia não opera. • Risco de despesas administrativas, onde a Companhia tem que arcar com despesas em séries não comercializadas em sua totalidade. Atualmente esse tipo de risco é gerenciado no momento do lançamento da série, onde a Companhia realiza um estudo preliminar de viabilidade onde indica o número mínimo de cotas a serem comercializadas para a Companhia não ter prejuízos com despesas administrativas, caso o número mínimo for factível de vendas de acordo com as condições de mercado e histórico da Companhia, a mesma é lançada, caso contrário, não. • Risco de garantir a rentabilidade pré-definida para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização. A Companhia gerencia esse tipo de risco determinando parâmetros mínimos de rentabilidade estipulados para o gestor dos recursos, sendo a rentabilidade monitorada periodicamente e discutida nas reuniões do Comitê Financeiro. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Companhia possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, a área de Riscos e realiza tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento é realizado para ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos S.A., empresa do mesmo grupo econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Risco de Crédito e submete aos comitês competentes, periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes intermediárias em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moody's*. A Companhia utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress de mercado. Os testes realizados levam em consideração, cenários históricos e cenários futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e tomada de decisão e também para identificação de descasamentos entre ativos e passivos financeiros da Companhia. **Rating da carteira de aplicações:** No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa público e operações compromissadas com lastro em título público federal como demonstrado no quadro abaixo:

|                                    | 2018           |                | 2017           |                |
|------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Ativos financeiros - rating        | AAA            | Total          | AAA            | Total          |
| Títulos de renda fixa públicos (*) | 144.847        | 144.847        | 118.486        | 118.486        |
| <b>Total geral</b>                 | <b>144.847</b> | <b>144.847</b> | <b>118.486</b> | <b>118.486</b> |

(\*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 17.068 (R\$ 15.017 em 2017).

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de rating "AAA", uma vez que a contraparte é o Governo Federal. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia saldar os seus compromissos, quanto às dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo financeiro em caixa necessário para quitação de uma obrigação. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos da Companhia para manter recursos financeiros suficientes para cumprimento das obrigações a medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de resgates e sorteios a pagar. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Comitê de Administração e Meios.

| 2018                                    | Até 1 De 1 a Acima de |               |        | Total          |
|---|-----------------------|---------------|--------|----------------|
|   | ano                   | 5 anos        | 5 anos |                |
| Caixa                                   | 426                   | -             | -      | 426            |
| Aplicações                              | 97.266                | 47.581        | -      | 144.847        |
| Créditos das operações de capitalização | 3.666                 | -             | -      | 3.666          |
| Títulos e créditos a receber (*)        | 1.595                 | -             | -      | 1.595          |
| Outros valores e bens                   | 54                    | -             | -      | 54             |
| Despesas antecipadas                    | 10                    | -             | -      | 10             |
| <b>Total dos ativos financeiros</b>     | <b>103.017</b>        | <b>47.581</b> | -      | <b>150.598</b> |
| Contas a pagar                          | 4.312                 | -             | -      | 4.312          |
| Depósitos de terceiros                  | 415                   | -             | -      | 415            |
| Provisões técnicas - capitalização      | 123.183               | -             | -      | 123.183        |
| <b>Total dos passivos financeiros</b>   | <b>127.910</b>        | -             | -      | <b>127.910</b> |

| 2017                                    | Até 1 De 1 a Acima de |              |        | Total          |
|---|-----------------------|--------------|--------|----------------|
|   | ano                   | 5 anos       | 5 anos |                |
| Caixa                                   | 488                   | -            | -      | 488            |
| Aplicações                              | 110.823               | 7.663        | -      | 118.486        |
| Créditos das operações de capitalização | 8.842                 | -            | -      | 8.842          |
| Títulos e créditos a receber (*)        | 1.149                 | -            | -      | 1.149          |
| Outros valores e bens                   | 66                    | -            | -      | 66             |
| Despesas antecipadas                    | 5                     | -            | -      | 5              |
| <b>Total dos ativos financeiros</b>     | <b>121.373</b>        | <b>7.663</b> | -      | <b>129.036</b> |
| Contas a pagar                          | 4.327                 | -            | -      | 4.327          |
| Depósitos de terceiros                  | 285                   | -            | -      | 285            |
| Provisões técnicas - capitalização      | 107.296               | -            | -      | 107.296        |
| <b>Total dos passivos financeiros</b>   | <b>111.908</b>        | -            | -      | <b>111.908</b> |

(\*) Os depósitos judiciais e fiscais no montante de R\$ 20 (R\$ 20 em 2017) e provisões judiciais de R\$ 8 (R\$ 1 em 2017), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 2.039 (R\$ 3.333 em 2017) também não foram classificados no quadro acima. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços dos ativos financeiros decorrentes de oscilações de mercado, tais como taxas de juros, câmbio e preços de ações, que podem impactar no resultado da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é demonstrar, gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados em que a Companhia está exposta, obedecendo a parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, colaborando com a otimização do retorno dos investimentos realizados. Este risco é mensurado pela área de Riscos, com base em cenários de stress, histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente, a área de Riscos acompanha os resultados decorrentes do cálculo do VaR e verifica a aderência aos limites estabelecidos, os resultados são apresentados mensalmente nas reuniões do Comitê de Estratégia Financeira, visando identificar eventuais necessidades de realocação de ativos. Porém na ocorrência de extrapolação dos limites definidos, imediatamente os membros dos Comitês competentes são informados para deliberação da manutenção ou encerramento das exposições em risco. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* Taxa de juros; e *ii.* Cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da sua relevância nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Companhia não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, mesmo assim, os títulos classificados nessa categoria foram mantidos para cálculo

continua ->





☆ continuação

### MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ nº 09.382.998/0001-00

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

da análise de sensibilidade. A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro da carteira atual com seus resultados projetados após um ano, que totaliza R\$ 144.847 (R\$ 118.486 em 2017). Para elaboração da análise de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data-base da demonstração financeira.

**Impacto no patrimônio líquido/resultados (bruto de impostos)**

| Fator de risco         | 2018    |
|------------------------|---------|
| Taxa de juros e cupons |         |
| a) Elevação de taxas   | (1.436) |
| b) Redução de taxas    | 1.436   |

Parâmetros: 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes. *Limitações da análise de sensibilidade:* As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com as exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; e • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação de *Compliance* para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional em que a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles, auditorias internas, e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria. **Gestão de capital:** No âmbito de Gestão de Capital no médio e longo prazo, a Companhia deverá possuir de maneira contínua uma quantidade de capital suficiente para cobrir o Capital de Solvência Requerido contemplando o valor adicional estabelecido pela gestão de risco, com a finalidade de impedir que os riscos inerentes à atividade afetem

a sustentabilidade da Companhia. A Companhia tem o Capital de Risco calculado considerando todas as premissas de requerimentos estabelecidos pela Governança, mas como o capital calculado é inferior ao Capital Base estabelecido pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), manteremos o valor correspondente ao Capital Base estabelecido na legislação vigente. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital: Em atendimento à Resolução - SUSEP nº 321/2015 e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), considerando os valores econômicos, sendo igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco (CR). A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional, mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

|  |               |
|--|---------------|
| <b>1. Ajustes contábeis</b>  |               |
| Patrimônio líquido   | 24.526        |
| Despesas antecipadas   | (10)          |
| Ativos intangíveis   | (171)         |
| <b>Patrimônio líquido ajustado subtotal (a)</b>  | <b>24.345</b> |
| <b>2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>   |               |
| Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento | 642           |
| <b>Ajustes econômicos (b)</b>  | <b>642</b>    |
| <b>3. Capital Mínimo Requerido</b>   |               |
| Capital Base (CB)  | 10.800        |
| <b>Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)</b>                              | <b>3.957</b>  |
| Capital de risco de crédito  | 962           |
| Capital de risco de subscrição   | 1.008         |
| Capital de risco operacional   | 1.154         |
| Capital de risco de mercado  | 2.076         |
| Correlação entre os riscos   | (1.002)       |
| (-) Limite de capital de risco operacional (30% dos demais)  | (241)         |
| <b>Capital mínimo requerido (c)</b>  | <b>10.800</b> |
| <b>Suficiência de capital (d = a + b - c)</b>  | <b>14.187</b> |
| <b>Suficiência de capital (d / c)</b>  | <b>131%</b>   |
| <b>Índice de solvência (e = (a + b) / c)</b>   | <b>2,31</b>   |

Conforme Resolução CNSP nº 321/2015 o montante efetivamente exigido do capital de risco de mercado corresponde a 100%. As normas acima referidas determinam que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresenta liquidez como segue:

|  |             |
|--|-------------|
| Capital de risco (a)   | 3.957       |
| Índice de liquidez requerido pela Res. CNSP nº 343/2016 - 20% sobre CR | 791         |
| Ativos livres - Nota explicativa nº 10 - (b)                           | 21.664      |
| <b>Índice de liquidez em 31 de dezembro de 2018 (b / a)</b>            | <b>547%</b> |

#### 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

##### a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

| Títulos   | Vencimento               |               |                      | Ativos              |                                |                    | Ganho/(Perda) não realizada (F - E) | Total           |                |                |                |
|---|--------------------------|---------------|----------------------|---------------------|--------------------------------|--------------------|-------------------------------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
|   | Hierarquia a valor justo | Até 1 ano (A) | Entre 1 e 5 anos (B) | Acima de 5 anos (C) | Valor contábil (D = A + B + C) | Valor de curva (E) |                                     | Valor justo (F) | 2018 (G)       | %              | 2017 (H)       |
| <b>Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado</b> |                          | <b>26.327</b> | <b>70.939</b>        | -                   | <b>97.266</b>                  | <b>97.266</b>      | -                                   | <b>97.266</b>   | <b>67%</b>     | <b>110.822</b> | <b>94%</b>     |
| <b>Fundos de investimentos</b>                                  |                          | <b>26.327</b> | <b>70.939</b>        | -                   | <b>97.266</b>                  | <b>97.266</b>      | -                                   | <b>97.266</b>   | <b>100%</b>    | <b>110.822</b> | <b>100%</b>    |
| Letras financeiras do tesouro - LFT                             | 1                        | 9.234         | 70.937               | -                   | 80.171                         | 80.171             | -                                   | 80.171          | 82%            | 95.581         | 86%            |
| Operações compromissadas (*)                                    | 1                        | 17.068        | -                    | -                   | 17.068                         | 17.068             | -                                   | 17.068          | 18%            | 15.017         | 14%            |
| Títulos da dívida agrária                                       | 2                        | 32            | 2                    | -                   | 34                             | 33                 | -                                   | 33              | 0%             | 239            | 0%             |
| Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber                  | 1                        | (7)           | -                    | -                   | (7)                            | (7)                | -                                   | (7)             | 0%             | (15)           | 0%             |
| <b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>                |                          | -             | <b>40.919</b>        | -                   | <b>40.919</b>                  | <b>39.696</b>      | <b>40.919</b>                       | <b>1.223</b>    | <b>40.919</b>  | <b>28%</b>     | -              |
| <b>Carteira administrada</b>                                    |                          | -             | <b>40.919</b>        | -                   | <b>40.919</b>                  | <b>39.696</b>      | <b>40.919</b>                       | <b>1.223</b>    | <b>40.919</b>  | <b>100%</b>    | -              |
| Letras do tesouro nacional - LTN                                | 1                        | -             | 40.919               | -                   | 40.919                         | 39.696             | 40.919                              | 1.223           | 40.919         | 100%           | -              |
| <b>Ativos mantidos até o vencimento</b>                         |                          | <b>2</b>      | <b>3.495</b>         | <b>3.167</b>        | <b>6.662</b>                   | <b>6.662</b>       | <b>8.112</b>                        | <b>1.450</b>    | <b>6.662</b>   | <b>5%</b>      | <b>7.664</b>   |
| <b>Fundos de investimentos</b>                                  |                          | <b>2</b>      | <b>3.495</b>         | <b>3.167</b>        | <b>6.662</b>                   | <b>6.662</b>       | <b>8.112</b>                        | <b>1.450</b>    | <b>6.662</b>   | <b>100%</b>    | <b>7.664</b>   |
| Notas do tesouro nacional - NTN-B                               | 1                        | -             | -                    | 3.167               | 3.168                          | 3.168              | 4.302                               | 1.134           | 3.168          | 48%            | 3.599          |
| Notas do tesouro nacional - NTN-F                               | 1                        | -             | 3.495                | -                   | 3.495                          | 3.495              | 3.810                               | 315             | 3.495          | 52%            | 4.065          |
| <b>Total geral</b>  |                          | <b>26.327</b> | <b>115.353</b>       | <b>3.167</b>        | <b>144.847</b>                 | <b>143.624</b>     | <b>146.297</b>                      | <b>2.673</b>    | <b>144.847</b> | <b>100%</b>    | <b>118.486</b> |

(\*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

##### b) Movimentação das aplicações financeiras

| Descrição                       | 2017           |                   | 2018            |                    | Ajuste a valor justo |                |
|---------------------------------|----------------|-------------------|-----------------|--------------------|----------------------|----------------|
|                                 | 2017           | Aplicações        | Resgates        | Rendimentos        | 2017                 | 2018           |
| Fundo de investimento exclusivo | 118.486        | 68.670            | (89.297)        | 6.069              | -                    | 103.928        |
| Carteira própria                | -              | 36.774            | -               | 2.922              | 1.223                | 40.919         |
| <b>Total</b>                    | <b>118.486</b> | <b>105.444</b>    | <b>(89.297)</b> | <b>8.991</b>       | <b>1.223</b>         | <b>144.847</b> |
| <b>Descrição</b>                | <b>2016</b>    | <b>Aplicações</b> | <b>Resgates</b> | <b>Rendimentos</b> | <b>2017</b>          | <b>2018</b>    |
| Fundo de investimento exclusivo | 88.198         | 107.839           | (87.708)        | 10.157             | 118.486              | 118.486        |
| Carteira própria                | -              | 8.061             | (8.487)         | 426                | -                    | -              |
| <b>Total</b>                    | <b>88.198</b>  | <b>115.900</b>    | <b>(96.195)</b> | <b>10.583</b>      | <b>118.486</b>       | <b>118.486</b> |

**c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 Brasil, Bolsa Balcão (antiga BM&F Bovespa), no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP. **d) Hierarquia de valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Todas as aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são Nível 1 e Nível 2.

##### e) Taxa de juros contratada

|        | 2018       |            | 2017       |            |
|--------|------------|------------|------------|------------|
|        | Maior taxa | Menor taxa | Maior taxa | Menor taxa |
| LFT    | 1,72%      | 0,01%      | 1,73%      | 0,01%      |
| NTN-B  | 7,50%      | 7,35%      | 7,50%      | 7,35%      |
| NTN-F  | 12,91%     | 10,60%     | 12,91%     | 10,60%     |
| T.D.A. | -          | -          | 10,05%     | 9,02%      |

#### 6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

Referem-se a valores a receber da emissão de títulos de capitalização.

|                        | 2018         |
|------------------------|--------------|
| <b>Aging</b>           |              |
| A vencer               | 3.664        |
| Vencidos 31 a 180 dias | 2            |
| <b>Total Geral</b>     | <b>3.666</b> |

#### 7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

| Ativo                       | 2018         | 2017         |
|-----------------------------|--------------|--------------|
| Tributos a compensar        | 1.693        | 3.018        |
| <b>Total circulante</b>     | <b>1.693</b> | <b>3.018</b> |
| IRPJ - adições temporais    | 194          | 175          |
| CSLL - adições temporais    | 152          | 140          |
| <b>Total não circulante</b> | <b>346</b>   | <b>315</b>   |

#### 8. OBRIGAÇÕES A PAGAR

|  | 2018         | 2017         |
|--|--------------|--------------|
| Fornecedores e outras obrigações a pagar | 1.798        | 2.461        |
| Participação dos lucros                  | 1.060        | 683          |
| Dividendos e gratificações a pagar       | 717          | -            |
| Compartilhamento de despesas (Nota 18a)  | 984          | 92           |
| <b>Total</b>                             | <b>4.559</b> | <b>3.236</b> |

#### 9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

|                                    | 2018       | 2017       |
|------------------------------------|------------|------------|
| Imposto de Renda                   | 1.472      | 2.188      |
| Antecipação de imposto de renda    | (1.309)    | (2.060)    |
| Contribuição Social                | 1.160      | 1.746      |
| Antecipação de contribuição social | (1.039)    | (1.642)    |
| COFINS                             | 114        | 60         |
| PIS/PASEP                          | 18         | 10         |
| Outras contribuições               | (20)       | -          |
| <b>Total</b>                       | <b>396</b> | <b>302</b> |

#### 10. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

|  | 2018           | 2017           |
|--|----------------|----------------|
| Provisões técnicas                                 | 123.183        | 107.296        |
| <b>Total a ser coberto</b>                         | <b>123.183</b> | <b>107.296</b> |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN                   | 40.919         | -              |
| Quotas de fundos de investimentos                  | 103.928        | 118.486        |
| <b>Total de aplicações oferecidas em cobertura</b> | <b>144.847</b> | <b>118.486</b> |
| Ativos livres                                      | 21.664         | 11.190         |

#### 11. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

|  | Provisão matemática para capitalização (PMC) |              | Provisão para resgate (PR) |               | Provisão para sorteios a realizar (PSR) |                | Provisão para pagar (PSP) |      | Outras provisões |      | Total das provisões |
|--|--|--------------|----------------------------|---------------|---|----------------|---------------------------|------|------------------|------|---------------------|
|  | 2018   | 2017         | 2018                       | 2017          | 2018                                    | 2017           | 2018                      | 2017 | 2018             | 2017 |                     |
| <b>Saldo inicial</b>                                 | <b>88.369</b>                                | <b>4.186</b> | <b>962</b>                 | <b>13.584</b> | <b>195</b>                              | <b>107.296</b> |                           |      |                  |      |                     |
| Constituição de provisão                             | 130.855                                      | -            | 23.022                     | 22.539        | 345                                     | 176.761        |                           |      |                  |      |                     |
| Atualização monetária e juros sobre provisão técnica | 5.449  | -            | -                          | 5             | 15                                      | 5.469          |                           |      |                  |      |                     |
| Pagamento de títulos sorteados                       | -  | -            | -                          | (20.933)      | -                                       | (20.933)       |                           |      |                  |      |                     |
| Resgate solicitado                                   | -  | -            | -                          | -             | -                                       | -              |                           |      |                  |      |                     |
| Pagamento de resgates                                | -  | (118.443)    | -                          | -             | -                                       | (118.443)      |                           |      |                  |      |                     |
| Títulos cancelados                                   | (2.283)                                      | -            | -                          | -             | -                                       | (2.283)        |                           |      |                  |      |                     |
| Constituição de despesas administrativas             | -  | -            | -                          | -             | 315                                     | 315            |                           |      |                  |      |                     |
| Baixa de despesas administrativas                    | -  | -            | -                          | -             | (309)                                   | (309)          |                           |      |                  |      |                     |
| Baixa de sorteio decorrido                           | -  | -            | (23.860)                   | -             | -                                       | (23.860)       |                           |      |                  |      |                     |
| Transferência PRA                                    | (43.487)                                     | 43.487       | -                          | -             | (26)                                    | (26)           |                           |      |                  |      |                     |
| Transferência PRV                                    | (79.186)                                     | 79.186       | -                          | -             | -                                       | -              |                           |      |                  |      |                     |
| Transferências PDB                                   | -  | 26           | -                          | -             | -                                       | 26             |                           |      |                  |      |                     |
| Outros ajustes                                       | (4)  | (441)        | (64)                       | (10)          | (311)                                   | (830)          |                           |      |                  |      |                     |
| <b>Saldo final</b>                                   | <b>99.713</b>                                | <b>8.001</b> | <b>60</b>                  | <b>15.185</b> | <b>224</b>                              | <b>123.183</b> |                           |      |                  |      |                     |

|  | Provisão matemática para capitalização (PMC) |              | Provisão para resgate (PR) |               | Provisão para sorteios a realizar (PSR) |                | Provisão para pagar (PSP) |      | Outras provisões |      | Total das provisões |
|--|--|--------------|----------------------------|---------------|---|----------------|---------------------------|------|------------------|------|---------------------|
|  | 2017   | 2018         | 2017                       | 2018          | 2017                                    | 2018           | 2017                      | 2018 | 2017             | 2018 |                     |
| <b>Saldo inicial</b>                                 | <b>62.333</b>                                | <b>2.583</b> | <b>5</b>                   | <b>12.883</b> | <b>138</b>                              | <b>77.942</b>  |                           |      |                  |      |                     |
| Constituição de provisão                             | 154.342                                      | 10           | 38.075                     | 34.385        | 261                                     | 227.073        |                           |      |                  |      |                     |
| Atualização monetária e juros sobre provisão técnica | 4.830  | 22           | -                          | 92            | 11                                      | 4.955          |                           |      |                  |      |                     |
| Pagamento de títulos sorteados                       | -  | -            | -                          | (34.404)      | -                                       | (34.404)       |                           |      |                  |      |                     |
| Pagamento de resgates                                | -  | (123.818)    | -                          | -             | -                                       | (123.818)      |                           |      |                  |      |                     |
| Títulos cancelados                                   | (2.524)                                      | -            | -                          | -             | -                                       | (2.524)        |                           |      |                  |      |                     |
| Constituição de despesas administrativas             | -  | -            | -                          | -             | 277                                     | 277            |                           |      |                  |      |                     |
| Baixa de despesas administrativas                    | -  | -            | -                          | -             | (250)                                   | (250)          |                           |      |                  |      |                     |
| Baixa de sorteio decorrido                           | -  | -            | (36.603)                   | -             | -                                       | (36.603)       |                           |      |                  |      |                     |
| Transferência PRA                                    | (74.227)                                     | 74.227       | -                          | -             | (20)                                    | (20)           |                           |      |                  |      |                     |
| Transferência PRV                                    | (56.239)                                     | 56.239       | -                          | -             | -                                       | -              |                           |      |                  |      |                     |
| Transferência PDB                                    | -  | 20           | -                          | -             | -                                       | 20             |                           |      |                  |      |                     |
| Outros ajustes                                       | (146)  | (5.097)      | (516)                      | 628           | (221)                                   | (5.352)        |                           |      |                  |      |                     |
| <b>Saldo final</b>                                   | <b>88.369</b>                                | <b>4.186</b> | <b>961</b>                 | <b>13.584</b> | <b>196</b>                              | <b>107.296</b> |                           |      |                  |      |                     |

#### 12. PROVISÕES JUDICIAIS

|               | 2018       |                 | 2017               |                 |                    |
|---------------|------------|-----------------|--------------------|-----------------|--------------------|
|               | Quantidade | Valor reclamado | Valor provisionado | Valor reclamado | Valor provisionado |
| <b>Cíveis</b> |            |                 |                    |                 |                    |
| Provável      | 1          | 29              | 8                  | 17              | 1                  |
| Possível      | 30         | 619             | -                  |                 |                    |

☆ continuação

## MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ nº 09.382.998/0001-00

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

## 14. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

|   | 2018            | 2017            |
|---|-----------------|-----------------|
| <b>a) Arrecadação com títulos de capitalização</b>          |                 |                 |
| Incentivo   | 92.145          | 134.476         |
| Tradicional   | 80.155          | 72.132          |
| Cancelamentos de títulos de capitalização                   | (2.550)         | (2.713)         |
| <b>Total</b>  | <b>169.750</b>  | <b>203.895</b>  |
| <b>b) Custos de aquisição</b>                               |                 |                 |
| Comissões   | (3.211)         | (3.191)         |
| Outros custos   | (85)            | (170)           |
| <b>Total</b>  | <b>(3.296)</b>  | <b>(3.361)</b>  |
| <b>c) Despesas administrativas</b>                          |                 |                 |
| Pessoal próprio   | (11.167)        | (8.467)         |
| Serviços de terceiros                                       | (2.539)         | (4.303)         |
| Localização e funcionamento                                 | (445)           | (962)           |
| Depreciações e amortizações                                 | (341)           | (262)           |
| Despesas com publicidade                                    | (46)            | (23)            |
| Publicações   | (94)            | (90)            |
| Donativos e contribuições                                   | (132)           | (24)            |
| Despesas administrativas diversas                           | (93)            | (1.078)         |
| Recuperação de despesas administrativas (Nota 16)           | 3.491           | 2.251           |
| <b>Total</b>  | <b>(11.366)</b> | <b>(12.958)</b> |
| <b>d) Despesas com tributos</b>                             |                 |                 |
| COFINS  | (791)           | (832)           |
| PIS   | (130)           | (135)           |
| Taxa de fiscalização  | (272)           | (260)           |
| IRRJ/CSLL   | (704)           | –               |
| Outros  | (47)            | (15)            |
| <b>Total</b>  | <b>(1.944)</b>  | <b>(1.242)</b>  |
| <b>e) Resultado financeiro</b>                              |                 |                 |
| Receitas com títulos de renda fixa privado                  | 2.922           | 10.583          |
| Receitas com títulos públicos                               | 6.069           | –               |
| Outras receitas financeiras eventuais                       | 242             | 396             |
| Despesas financeiras com provisões técnicas - capitalização | (5.467)         | (4.955)         |
| Despesas financeiras eventuais                              | (61)            | (58)            |
| <b>Total</b>  | <b>3.705</b>    | <b>5.966</b>    |

## 15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

|  | 2018             |                     | 2017             |                     |
|--|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
|  | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| <b>Lucro antes dos impostos e após participações</b>         | <b>5.622</b>     | <b>5.622</b>        | <b>8.476</b>     | <b>8.476</b>        |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes | (1.381)          | (1.124)             | (2.095)          | (1.695)             |
| Diferenças temporárias                                       | (15)             | (12)                | (51)             | (40)                |
| Diferenças permanentes                                       | (182)            | (26)                | (42)             | (11)                |
| Deduções incentivadas  | 103              | –                   | –                | –                   |
| Ajuste adição temporária                                     | 3                | 2                   | –                | –                   |
| <b>Tributo antes das compensações</b>                        | <b>(1.472)</b>   | <b>(1.160)</b>      | <b>(2.188)</b>   | <b>(1.746)</b>      |
| Constituição/reversão de crédito tributário                  | 15               | 12                  | 51               | 40                  |
| <b>Despesa com imposto de renda e contribuição social</b>    | <b>(1.457)</b>   | <b>(1.148)</b>      | <b>(2.137)</b>   | <b>(1.706)</b>      |
| Alíquota efetiva - %   | 26%              | 19%                 | 25%              | 20%                 |

## b) Imposto de renda e contribuição social diferido e tributos a recuperar

|                                       | 2018                     | 2017             |
|---------------------------------------|--------------------------|------------------|
| <b>Ativo</b>                          |                          |                  |
| IRPJ a compensar                      | 1.131                    | 1.879            |
| CSLL a compensar                      | 189                      | 554              |
| ISS devolvido a compensar             | 373                      | 585              |
| <b>Total circulante</b>               | <b>1.693</b>             | <b>3.018</b>     |
|                                       | <b>Balço patrimonial</b> | <b>Resultado</b> |
| <b>Ativo</b>                          | <b>2018</b>              | <b>2017</b>      |
| Tributos em restituição               | 1.320                    | 2.433            |
| Tributos retidos na fonte             | 373                      | 585              |
| Saldo negativo de IRPJ/CSLL           | –                        | –                |
| <b>Total circulante</b>               | <b>1.693</b>             | <b>3.018</b>     |
| Diferenças temporárias:               |                          |                  |
| Provisão para participação nos lucros | 338                      | 314              |
| Contingências cíveis                  | 8                        | 1                |
| <b>Total não circulante</b>           | <b>346</b>               | <b>315</b>       |

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da

MAPFRE Capitalização S.A.

São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## 16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

**a) Operações de capitalização:** A Administração define como partes relacionadas à MAPFRE Capitalização S.A., as empresas do GRUPO MAPFRE, seus Administradores, Conselheiros, demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Apresentamos a principais operações com partes relacionadas vigentes entre as empresas coligadas do GRUPO:

|  | 2018          | 2017          |
|--|---------------|---------------|
| <b>Ativo circulante</b>  | <b>3.308</b>  | <b>8.122</b>  |
| <b>Créditos das operações de capitalização</b>                   | <b>–</b>      | <b>3</b>      |
| MAPFRE Administradora de Consórcios S.A.                         | –             | 3             |
| MAPFRE Seguros Gerais S.A.                                       | 2.801         | 7.010         |
| MAPFRE Vida S.A.   | 507           | 1.101         |
| MAPFRE Assistência Ltda.   | –             | 8             |
| <b>Títulos e créditos a receber - Compartilhamento</b>           | <b>923</b>    | <b>674</b>    |
| CESVI Brasil - Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda. | –             | 84            |
| MAPFRE Administradora de Consórcios S.A.                         | 347           | 56            |
| MAPFRE Brasil Participações S.A.                                 | –             | 14            |
| MAPFRE Assistência Ltda.   | 485           | 372           |
| MAPFRE Holding do Brasil Ltda.                                   | 39            | 3             |
| MAPFRE Investimentos e Participações S.A.                        | –             | 3             |
| MAPFRE Previdência S.A.  | –             | 110           |
| MAPFRE Investimentos S.A.  | 16            | 5             |
| PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda.                             | –             | 11            |
| MAPFRE Saúde Ltda.   | 36            | 16            |
| <b>Total do ativo</b>  | <b>4.231</b>  | <b>8.796</b>  |
| <b>Passivo circulante</b>  | <b>984</b>    | <b>92</b>     |
| <b>Obrigações a pagar - Outras</b>                               | <b>233</b>    | <b>3</b>      |
| MAPFRE Assistência Ltda.   | 65            | –             |
| MAPFRE Brasil Participações S.A.                                 | 3             | –             |
| MAPFRE Investimentos e Participações S.A.                        | 511           | –             |
| MAPFRE Previdência S.A.  | 24            | –             |
| MAPFRE Saúde Ltda.   | 12            | –             |
| PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda.                             | 136           | 89            |
| Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.    | –             | –             |
| <b>Provisões técnicas - Capitalização</b>                        | <b>36.287</b> | <b>29.224</b> |
| MAPFRE Administradora de Consórcios S.A.                         | –             | 2             |
| MAPFRE Seguros Gerais S.A.                                       | 32.500        | 25.663        |
| MAPFRE Vida S.A.   | 3.747         | 3.509         |
| MAPFRE Assistência Ltda.   | 40            | 50            |
| <b>Total do passivo</b>  | <b>37.272</b> | <b>29.316</b> |
| <b>Resultado</b>   | <b>49.075</b> | <b>52.680</b> |
| <b>Arrecadação com títulos de capitalização</b>                  | <b>42</b>     | <b>54</b>     |
| MAPFRE Administradora de Consórcios S.A.                         | 42.857        | 45.880        |
| MAPFRE Seguros Gerais S.A.                                       | 6.159         | 6.664         |
| MAPFRE Vida S.A.   | 17            | 82            |
| MAPFRE Assistência Ltda.   | –             | –             |
| <b>Despesas administrativas - Compartilhamento</b>               | <b>3.491</b>  | <b>2.251</b>  |
| CESVI Brasil - Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda. | 986           | 737           |
| MAPFRE Administradora de Consórcios S.A.                         | 616           | 641           |
| MAPFRE Assistência Ltda.   | 1.725         | 718           |
| MAPFRE Brasil Participações S.A.                                 | 164           | 16            |
| MAPFRE Holding do Brasil Ltda.                                   | 79            | 46            |
| MAPFRE Investimentos e Participações S.A.                        | 27            | 28            |
| MAPFRE Investimentos S.A.  | 8             | 132           |
| MAPFRE Previdência S.A.  | 708           | 968           |
| MAPFRE Saúde Ltda.   | 152           | 202           |
| PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda.                             | 116           | 129           |
| Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.    | (1.090)       | (1.366)       |
| <b>Total do resultado</b>  | <b>52.566</b> | <b>54.931</b> |

## b) Remuneração da Administração

É estabelecido anualmente por meio da Assembleia Geral Ordinária o montante global anual da remuneração dos Administradores, no montante de R\$ 1.201 (R\$ 669 em 2017).

## 17. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia possui plano de previdência complementar aos seus colaboradores, da MAPFRE Previdência S.A. As contribuições efetuadas no exercício montam R\$ 114 (R\$ 90 em 2017).

## 18. PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A companhia proporciona planos de assistência à saúde, da MAPFRE Saúde Ltda., aos seus colaboradores. O regime do plano é de pós-pagamento, sendo que os pagamentos efetuados no exercício totalizaram R\$ 1.238 (R\$ 676 em 2017).

## 19. OUTRAS INFORMAÇÕES

**a) Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder MAPFRE Previdência S.A., nos termos da Resolução nº 321/2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, tendo alcance sobre a Companhia.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antônio Rodrigues Alfredo

Contador CRC 1SP252419/O-0

continua ☆



→ continuação

**MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ nº 09.382.998/0001-00**

**PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES**

Aos Conselheiros e Diretores da **MAPFRE Capitalização S.A.** São Paulo - SP  
Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**  
A Administração é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da análise de solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da análise de solvência estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da análise de solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da análise de solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da MAPFRE Capitalização S.A..

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**  
Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do

capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da análise de solvência acima referidos da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Outros assuntos**  
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio do FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.



**KPMG**  
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.  
CIBA 48  
CNPJ: 02.668.801/0001-55

**Joel Garcia**  
Atuário MIBA 1131

**Anexo I**  
**MAPFRE Capitalização S.A.**  
*(Em milhares de Reais)*

|  |                |
|--|----------------|
| <b>1. Provisões Técnicas</b>   |                |
| <b>Total de provisões técnicas</b>   | <b>2018</b>    |
| <b>2. Demonstrativo do Capital Mínimo</b>  | <b>123.183</b> |
| Capital Base (a)   | 10.800         |
| Capital de Risco (CR) (b)  | 3.957          |
| <b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>  | <b>10.800</b>  |
| <b>3. Demonstrativo da Solvência</b>   |                |
| Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)  | 24.987         |
| Exigência de Capital (CMR) (b)   | 10.800         |
| <b>Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)</b>  | <b>14.187</b>  |
| Ativos garantidores (d)  | 144.847        |
| Total a ser coberto (e)  | 123.183        |
| <b>Suficiência/ (Insuficiência) dos ativos garantidores (f = d - e)</b>  | <b>21.664</b>  |
| Ativos líquidos (g)  | 21.664         |
| Capital de Risco (CR) (h)  | 3.957          |
| <b>Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)</b>   | <b>547%</b>    |
| (*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%. |                |

| DIRETORIA   |                         |  |
|---|-------------------------|--|
| <b>Francisco Eugênio Labourt</b>                  | <b>Maurício Galian</b>  | <b>Miguel Gómez Bermudez</b>                 |
| <b>Raphael de Luca Júnior</b>                     | <b>Renato Fernandes</b> |  |
| CONTADORA   |                         |  |
| <b>Daniele Gomes Yoshida - CRC 1SP 255783/O-1</b> | <b>ATUÁRIA</b>          | <b>Vera Lúcia Fernandes Lopes - MIBA 817</b> |

**Custom Comércio Internacional Ltda.**

CNPJ/MF nº 66.518.390/0001-02 - NIRE: 35.214.406.635  
**Ata de Assembleia Geral Extraordinária, Realizada em 25/02/2019.**  
**1. Data, Hora e Local:** 25/02/2019, às 14h, SP/SP, Av. das Nações Unidas, 13771, bloco I, 3º andar, Vila Gertrudes, CEP: 04794-000. **2. Convocação:** Edital de Convocação entregue individualmente para cada sócio. **3. Ordem do Dia:** (a) apreciar e deliberar acerca do Protocolo e Justificação da Incorporação total do acervo da Custom Comércio Internacional Ltda., e consequente extinção da referida sociedade. (b) tomar ciência e ratificar a nomeação efetuada pelos Sócios e Administradores dos peritos nomeados para avaliação do seu Acervo Patrimonial, avaliação essa pelo valor contábil; (c) apreciar e deliberar acerca do laudo de avaliação referido no item (b) acima; e (d) deliberar sobre a incorporação total do acervo patrimonial da Custom, bem como, sobre a continuidade das operações das Filiais. **4. Presenças:** compareceram os acionistas representando de 100,00% de quotas, conforme registro e assinaturas apostas no livro de presença de acionistas. Presentes, também, conforme o disposto no artigo 163, §3º da Lei 6.404/76. **5. Composição da Mesa:** **Milson Januário** - Presidente e **Laércio Anjos Fernandes** - Secretário. **6. Deliberações:** Dando início aos trabalhos, o Presidente esclareceu que a ata da Assembleia seria lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, conforme faculta o artigos 124, 130 §1º e 133, da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), e informou que documentos ou propostas, declarações de voto ou dissidências sobre as matérias a serem deliberadas deveriam ser apresentadas por escrito à Mesa que, para esse fim, seria representada pelo Secretário. Ademais, o Presidente esclareceu que, como era de conhecimento de todos, a assembleia tinha por objetivo a deliberação sobre a incorporação total da sociedade Custom Comércio Internacional Ltda. Os senhores sócios quotistas apreciaram as matérias constantes da Ordem do Dia e deliberaram: (a) aprovar, por unanimidade de votos, nos termos do Protocolo e Justificação da Incorporação do Acervo Patrimonial Total da Custom Comércio Internacional Ltda. (b) ratificar, por unanimidade de votos, a contratação efetuada pela Administração da Custom para avaliação pelo critério de valores contábeis de **Valter dos Santos Cota, Paulo Pereira dos Santos, VSC Serviços, Auditoria e Perícias Contábeis Ltda.**, do acervo líquido da mesma a ser incorporado pela Companhia; (c) aprovar, por unanimidade de votos, o laudo de avaliação do patrimônio da Custom - ("Laudo de Avaliação"), o qual estabeleça, com base no valor contábil de 31/12/2018, que o valor do patrimônio líquido da TC a ser incorporado pela Companhia é de R\$ 300.180,27, conforme indicado no Laudo de Avaliação, elaborado pela empresa e peritos independentes acima mencionados na aliena "b", cuja nomeação foi ratificada por esta assembleia e que passa a fazer parte integrante deste instrumento como seu Anexo II; e (d) aprovar, por unanimidade de votos, de forma definitiva e sem quaisquer ressalvas, a incorporação pela **Mimpex ES Importadora e Exportadora Ltda.**, do patrimônio líquido da Custom, no valor total descrito na alínea (c) desta ata conforme descrito e indicado no Laudo de Avaliação, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo, assumindo a Empresa Incorporadora os ativos e os passivos da Custom e sucedendo-a em todos os direitos e obrigações, na forma da lei. Consignar que em razão da incorporação ora aprovada, dá-se a extinção da Custom, de pleno direito, sendo a mesma sucedida pela Companhia, a título universal em todos os seus direitos e obrigações, na forma do disposto no artigo 227 da Lei das S.A., e autorizar os Sócios e Administradores da sociedade Incorporadora - **Mimpex ES Importadora e Exportadora Ltda.**, a praticarem todos os atos que se fizerem necessários à formalização da incorporação da Custom, ora aprovada, perante os órgãos públicos e terceiros em geral. Esgotada a ordem do dia, a ata foi lida, aprovada e assinada, ficando cientes os representantes dos acionistas da sua lavratura em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos facultados pelo artigo 130 §1º, da Lei das S.A. Ficou consignado, ainda, que, conforme faculta o §2º do artigo 130, da Lei das S.A., a publicação da ata será feita com omissão da assinatura dos representantes dos acionistas. **7. Assinaturas:** **Milson Januário** - Presidente e **Laércio Anjos Fernandes** - Secretário, e os demais sócios **Rosemeire Rocha, Álvaro Cerqueira dos Anjos e Cássio Lionello.** Certifico que a presente é cópia fiel da ata da AGE, realizada em 25/02/2019. **Laércio Anjos Fernandes** - Secretário.

**ÁGUAS DE VOTORANTIM S/A**

CNPJ nº 14.192.039/0001-62 - NIRE 35.3.0041237-1  
**AVISO AOS ACIONISTAS**  
A Administração comunica que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede da sociedade à Av. Reverendo José Manoel da Conceição, nº 1593, Votorantim, SP, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018. Votorantim, 25/02/2019. **Ronaldo Oller Tossi** - Presidente do Conselho de Administração.

**BRPR 56 Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.**

(atual denominação da W Torre VRJ Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.)  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF 06.137.677/0001-52  
**Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Emissão da BRPR 56 Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.**  
**BRPR 56 Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.** ("Securitizadora" ou "BRPR 56") e **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** ("Agente Fiduciário"), em atendimento às disposições do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários firmado em 19/05/2006, conforme aditado ("Termo de Securitização"), convocam os titulares dos CRI da 1ª Emissão da Securitizadora a se reunirem em Assembleia Geral, que será realizada, em primeira convocação, no dia 19 de março de 2019, às 10:30 horas, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.495, 18º andar, Brooklin Novo, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (1) anuência prévia à realização de reorganização societária envolvendo a BRPR 56 e sua controladora BR Properties S.A. ("BRP"), que envolverá os seguintes passos: (a) alteração do Estatuto Social da BRPR 56 para permitir a cisão da Securitizadora, extinguir as ações preferenciais e conformá-lo aos padrões usuais de mercado para estatutos sociais de companhias securitizadoras de créditos imobiliários; (b) cisão parcial da BRPR 56, sendo a parcela cindida constituída pelos direitos da BRPR 56 sobre o imóvel laudo da securitização (originalmente registrado na matrícula nº 204.376, atualmente 304.064 e 304.065, do 9º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro, RJ) ("Imóvel") e obrigações relacionadas, e pelos 93 (noventa e três) CRI objeto de aquisição facultativa pela BRPR 56 nos termos da cláusula 2.16.1 do Termo de Securitização, incorporada pela BRP; e (c) previamente aos passos anteriores, transferência das 10 (dez) ações preferenciais atualmente detidas pelo Agente Fiduciário para a BRP, com a consequente extinção do Acordo de Acionistas da BRPR 56 e supressão dos direitos de ingerência e veto detidos pelo Agente Fiduciário em decorrência do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas ("Reorganização"); (2) após a transferência dos direitos sobre o Imóvel para a BRP no âmbito da Reorganização, a transferência de tais direitos ao FII UBS (BR) Office, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 32.274.163/0001-59 ("Fundo"), mantidos a alienação fiduciária do Imóvel e demais termos e condições dos CRI, ficando certo que o Fundo deverá ceder à Securitizadora os créditos imobiliários objeto do Contrato de Construção e Locação de Imóvel, celebrado em 15 de dezembro de 2004, conforme aditado ("Contrato de Locação"), ficando obrigado a respeitar os termos e condições previstos no Termo de Securitização até a quitação integral dos CRI; e (3) autorização para a Securitizadora e o Agente Fiduciário celebrarem os instrumentos necessários à implementação das deliberações contidas nos itens (1) e (2) acima, sem alteração nos termos e condições dos CRI. Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à Ordem do dia serão disponibilizados aos titulares de CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. Poderão participar da Assembleia: a) os titulares de CRI, mediante exibição de documento hábil de sua identidade e comprovação de que são titulares dos CRI; e b) os procuradores dos titulares de CRI, com poderes específicos para representação na Assembleia, e demais representantes legais, mediante comprovação da legitimidade da representação exercida. Os titulares dos CRI que se fizerem representar por procuração deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral, nas instalações do Agente Fiduciário, na Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 08, ala B, Salas 302, 303 e 304, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, com, pelo menos, 48 horas de antecedência da Assembleia e também por meio do e-mail: [assembleias@pentagonotrustee.com.br](mailto:assembleias@pentagonotrustee.com.br). São Paulo, 27 de fevereiro de 2019. **BRPR 56 Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.** - **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.**

**J. Pilon S.A. Açúcar e Alcool**

CNPJ Nº 47.254.396/0002-48 - NIRE: 35.3.0010525.7  
**Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária**  
Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em AGO, a realizar-se dia 12/04/2019, às 10 hs, na Rua Professor Artur Ramos, 241, Conjunto 72, Jardim Paulistano, SP/SP. **Ordem do dia: I) Ordinária:** a) Apreciação e Aprovação do Relatório de Administração, Balanço Geral, Demonstração De Resultados referente ao exercício encerrado em 31/12/2018; b) Destinação do resultado do exercício; c) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2019 a abril/2020; e, d) Outros Assuntos do interesse social. Comunicamos que se encontram a disposição no endereço acima, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2018. SP, 26/02/2019. **Jose Pilon** - Presidente do Conselho de Administração.

**PORTO SEGURO S.A.**

Companhia Aberta | CVM nº 01665-9  
CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69 - NIRE 35.3.001.5166.6  
**Edital de Convocação**  
**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**  
Convidamos os senhores acionistas da Companhia a se reunirem no dia 29 de março de 2019, às 11h, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 - Torre B - 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas (Consolidado) referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e a distribuição de dividendos; 3. Ratificar as deliberações do Conselho de Administração em reuniões realizadas em 20 de junho de 2018 e 31 de outubro de 2018, referentes aos juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; 4. Determinar a data para o pagamento dos referidos juros sobre o capital próprio e de dividendos aos acionistas; e 5. Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, compreendendo também os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 6. Deliberar sobre as seguintes propostas de alteração do Estatuto Social da Companhia para: a) Modificar a composição da Diretoria em virtude de reestruturação organizacional; b) Excluir o artigo 23 e seus parágrafos em virtude da extinção do cargo de Presidente de Honra; c) Realizar ajustes na redação do parágrafo único do novo artigo 24 para simplificação do estatuto social; d) Realizar outros ajustes formais e de redação, bem como de renuneração e de referências cruzadas dos dispositivos estatutários, quando aplicável; e e) Consolidar o Estatuto Social para refletir as modificações conforme aprovadas no item precedente. **Informações Gerais:** I - Os acionistas poderão ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades Anônimas. Os acionistas pessoas jurídicas, em conformidade com o Ofício Circular CVM/SEP/nº 02/2018, poderão ser representados por seus representantes legais ou por procurador devidamente constituído, que não precisará ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. Os documentos hábeis a comprovar a representação, tais como comprovantes de titularidade de ações da Companhia e cópias, que deverão ser autenticadas, da documentação societária deverão ser apresentados juntamente com a procuração que deverá possuir firma reconhecida no país de origem ou no Brasil, com notariação e consularização, ou ainda em forma de apostila, se aplicável, com a respectiva tradução juramentada. Todos os documentos escritos em língua estrangeira deverão ser apresentados com notariação e consularização, ou ainda em forma de apostila, se aplicável, com a respectiva tradução na forma juramentada. II - A Companhia informa que, nos termos da ICVM nº 481/09, conforme alterada, os acionistas poderão enviar boletins de voto a distância diretamente à Companhia ou por meio de seus respectivos agentes de custódia, conforme procedimentos descritos na regulamentação aplicável. III - Por fim, a Companhia informa que, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social, no site da Companhia ([www.portoseguro.com.br](http://www.portoseguro.com.br)), bem como nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). São Paulo, 27 de fevereiro de 2019. **Jayme Brasil Garfinkel** - Presidente do Conselho de Administração.

**Hospital Vera Cruz S.A.**

CNPJ/MF nº 46.009.718/0001-40 - NIRE 35.300.058.585  
**Extrato Ata de Reunião do Conselho de Administração**  
Realizada em 01/02/2019, às 15 horas, na sede social. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Rogério Frota Melzi; Secretário: Aloisio Antônio Costa Leite Carvalhaes. **Deliberações:** Por unanimidade: - Remanejar o Sr. Gustavo Sérgio Carvalho, CPF/MF 059.173.328-51, para o cargo de Diretor sem designação específica e Eleger o Sr. Erickson José Blun Lima, CPF/MF 567.013.579-20, para o cargo de Diretor Presidente, que permanecerão em seus cargos pelo prazo de mandato até 19/04/2019. **Encerramento:** Nada mais. **Jucesp nº 90.495/19-6.** em sessão de 19/02/2019. Flavia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

